



MENINOS JOGADOS FORA: A VIOLENTA LIMPEZA DAS CIDADES EM
INFÂNCIA DOS MORTOS, DE JOSÉ LOUZEIRO, E *QUERÔ: UMA
 REPORTAGEM MALDITA*, DE PLÍNIO MARCOS¹

BOYS THROWN OUT: THE VIOLENT CLEANING OF THE CITIES IN *INFÂNCIA DOS
 MORTOS*, BY JOSÉ LOUZEIRO, AND *QUERÔ: UMA REPORTAGEM MALDITA*, BY
 PLÍNIO MARCOS

Saron do Amaral Gomes²

Artigo submetido em: 15 set. 2023

Data de aceite: 5 dez. 2023

Data de publicação: 15 dez. 2023

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar, por intermédio da leitura dos romances *Infância dos mortos* (1977), de José Louzeiro, e *Querô: uma reportagem maldita* (1977), de Plínio Marcos, o violento processo de **limpeza** das cidades brasileiras durante o regime militar. Levando em conta o contexto econômico e social da ditadura, pretende-se, também, investigar de que forma se dá a configuração dos centros urbanos e como esses espaços se contrapõem a sujeitos historicamente marginalizados, além de pontuar os mecanismos usados pelo Regime na remoção e no extermínio dessas figuras que compunham de forma expressiva a incômoda e controversa paisagem citadina do período.

Palavras-chave: Literatura. Violência. Cidades. José Louzeiro. Plínio Marcos.

ABSTRACT: The present work aims to analyze, through the reading of the novels *Infância dos mortos* (1977), by José Louzeiro, and *Querô: uma reportagem maldita* (1977), by Plínio Marcos, the violent process of **cleaning** of Brazilian cities during the military regime. Considering the economic and social context of the dictatorship, it is also intended to investigate how urban centers are configured and how these spaces oppose historically marginalized subjects, in addition to pointing out the mechanisms used by the Regime in the removal and extermination of these figures that made up in an expressive way the uncomfortable and controversial cityscape of the period.

Keywords: Literature. Violence. Cities. José Louzeiro. Plínio Marcos.

¹ Texto orientado pela Profa. Dra. Eloísa Porto Corrêa Allevato Braem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil.

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0697304579330064> / <https://orcid.org/0000-0002-5710-8309>



Acesse este artigo na Edição Completa / V. 26 n. 2 (2023):



INTRODUÇÃO

Na iminência de receber uma visita, é de praxe que os donos da casa se empenhem na limpeza. Retira-se a poeira dos móveis, varre-se o chão e joga-se fora o lixo. Em regra, o empenho nessas ocasiões supera aquele empregado nos dias habituais. Espaço privado e espaço público, nesse sentido, nutrem certa similaridade. Basta que um grande evento surja nos calendários oficiais, por exemplo, para que o Estado proceda, também, a sua faxina. A história, porém, nos mostra que, na esfera pública, essa arrumação atende a interesses muito específicos, com acentuada ênfase nas grandes cidades. Os centros urbanos, com grandes eventos à vista ou não, replicam histórica e cotidianamente esse movimento.

O eufemismo usado na apropriação dos termos **limpeza**, **faxina** e **arrumação**, usualmente ligados ao universo doméstico, não perdura, no entanto, na discussão que se pretende estabelecer. A limpeza da qual falamos tem de caráter higienista e refere-se a processos sociais e políticos, constituídos a partir de práticas e diretrizes institucionalizadas. Violentas e desumanas, essas práticas consistem, muitas vezes, em varrer da paisagem urbana figuras incômodas, como, por exemplo, parcelas empobrecidas da população, indivíduos marginalizados e pessoas em situação de rua ou em conflito com a lei.

Nos dias de hoje, esse processo ocorre com o auxílio de fatores que atenuam a sua natureza violenta e dificultam uma percepção mais flagrante. A precarização do trabalho, a especulação imobiliária e o sucateamento da mobilidade urbana são apenas alguns exemplos das razões que mantêm a população mais carente afastada dos grandes centros. Sem contar as muitas ações disfarçadas de políticas públicas, que dispensam o uso de força bruta para relegar certos indivíduos a espaços preestabelecidos, estejam eles em literal situação de rua ou meramente fazendo uso cotidiano de espaços coletivos.

À violência velada dessas práticas incidem alguns padrões que remontam linhas de raciocínio elitistas e classistas, usualmente ancoradas,



difundidas e afiançadas por modelos autoritários e não democráticos de poder. No caso brasileiro, a adoção dessa conduta parece encontrar facilidade, e por que não dizer empenho, na institucionalização desse modelo durante a ditadura militar, período em que, para sustentar a farsa de um milagre econômico, foi preciso remover da paisagem aquilo que depunha contra a imagem que se pretendia criar do país.

O texto literário, nesse sentido, mais uma vez, qualifica-se como *corpus* porque oferece inúmeras possibilidades de análise, sobretudo a literatura produzida durante o regime militar, pela sua nítida tentativa de representar a realidade e seu notável caráter documental. As obras de José Louzeiro e Plínio Marcos reconfiguram os episódios que narram ao passo que atribuem a eles um olhar humanizado e humanizante. No bojo daquilo que não serve para a cidade estão os personagens de Marcos e Louzeiro, cotidianamente enxotados e removidos do espaço público, recorrendo-se, inclusive, a prisões arbitrárias, internações em casas de custódia e ao extermínio.

Dois grandes centros urbanos, no auge dos seus processos de industrialização e urbanização, compõem o cenário das narrativas: Rio de Janeiro, em *Infância dos mortos* e São Paulo, em *Querô: uma reportagem maldita*. No contexto de uma expansão econômica desordenada, cidades como essas enfrentam os resultados da má distribuição de riquezas acumuladas com esse processo. Entre eles, a alta da criminalidade, o crescimento das favelas e o aumento considerável de pessoas em situação de rua, incluindo crianças e adolescentes. Situação a qual a ditadura responde, e é bom que se diga, com forte apoio de uma elite urbana recém-estabelecida, com o rigor necessário para impedir que esse tipo de problema assolasse as capitais, os centros e os bairros mais tradicionais.

No decorrer deste trabalho analisaremos, a partir da leitura das obras, os episódios que ficcionalizam esse processo, com vistas a compreender de que forma ele interferiu e ainda interfere na configuração dos espaços urbanos, não apenas em seu aspecto físico estrutural, mas também como espaços virtuais de poder, de pensamento e de construção da subjetividade. Para isso, contaremos com o aporte teórico de Suzigan (2000) Flores e Campos (2007), Harvey (2010), Becher (2016), entre outros.

A CIDADE IDEAL

Partindo do censo comum, é razoável pensar nas cidades como resultado do progresso, do desenvolvimento humano e dos seus modos de se organizar socialmente, politicamente e culturalmente. Da antiguidade à contemporaneidade, homens e mulheres buscam nos agrupamentos coletivos formas de sobreviver e de se relacionar. Dentro de uma linha desenvolvimentista, filiada à lógica capitalista, a sua ideia facilmente se afeiçoa à expansão, à



urbanização e ao crescimento econômico. Há, no entanto, outros modos de se pensar esses espaços.

Parte fundamental das sociedades modernas, a cidade configura-se, também, segundo Gilberto Velho, como um espaço de dominação e controle. O antropólogo enxerga esse espaço como sendo fruto de um projeto que tem a sua constituição organizada a partir de determinados interesses, que são responsáveis por introduzir nessa equação uma gama de valores sociais ou, melhor dizendo, uma gama de costumes e comportamentos aceitos socialmente (VELHO, 2013, p. 65-66). É com base nessa concepção que avançamos.

Próximos à ideia de projeto ao qual Velho se refere, Flores e Campos tecem uma análise com base em um recorte temporal que coincide com aquele tratado neste trabalho. Observando o caso brasileiro, os autores identificam intenções muito pontuais na modernização das cidades que cresciam e se reconfiguravam no impulso da industrialização. Os trabalhadores do campo que chegam à cidade com suas famílias, em busca de oportunidades nas fábricas atribuem novas características aos centros urbanos. Como enquadrar, então, esse “conjunto de estranhos (...) com seus hábitos, maneiras de vestir, comportamentos e culturas tradicionais, avessos ao trabalho fabril e à economia liberal de mercado?” (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 269). É sobre essa nova realidade social que se estabelece um modelo de poder e dominação da cidade. Para Flores e Campos:

A cidade passou a ser pensada e construída como um sistema racional, possível de ser pensada como um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Higienistas, médicos e engenheiros são os sujeitos dessa construção. Treinam o olhar, esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos pela cidade, seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo. Assim, a cidade racionalizada, disciplinada, é ela própria pensada como uma cidade-corpo, objeto de detalhadíssimo olhar do médico e do engenheiro, objetivando construir uma cidade estetizada (pela arquitetura), ou uma cidade reformada (pelas obras de engenharia e topografia), ou uma cidade saneada (pela intervenção do médico). Esse conjunto de equipamentos e intervenções sobre a cidade constituiu um modelo de cidade — a cidade moderna — pautada pela racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos. (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 269)

Desde os meados do século XVIII, é verdade que essas características marcaram o processo de modernização das cidades ao redor do mundo, impulsionado pela Revolução Industrial. Reconhecidamente tardio, o



processo de industrialização brasileiro revela seus efeitos, ainda timidamente, a partir do século XIX, com a instalação das primeiras fábricas em território nacional, e, de forma mais evidente, a partir do século XX, com a abertura da economia ao capital estrangeiro. Essa fase mais ostensiva compreende o período entre 1933 e 1980 (SUZIGAN, 2000, p. 7-10).

É difícil ignorar que dos 47 anos de duração dessa fase, denominada por Suzigan de **industrialização acelerada**, mais da metade está atrelada a regimes ditatoriais (Estado Novo 1937-1945 e Ditadura Militar 1964-1985). Se, como vimos, o processo de desenvolvimento dos centros urbanos já pressupõe um modelo de poder e dominação sobre os corpos e os modos de vida da população, pensemos em como isso pode se desdobrar, levando em conta um cenário político autárquico e autoritário, cujo apoio mais expressivo advém das elites.

Também muito caras a este trabalho são as considerações tecidas por David Harvey acerca do tema. Em seu consagrado artigo **O direito à cidade** Harvey revisita Lefebvre para examinar as ligações estabelecidas entre capitalismo e a construção das cidades, cujo crescimento, para o autor, está ligado à “necessidade perpétua de encontrar terreno lucrativo para a produção e absorção de excedente de capital” (HARVEY, 2010, p. 74). A esse respeito o teórico afirma que:

Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2010, p. 74)

Isto é, aquilo que excede na produção do capital, seja isso lucro ou o produto propriamente dito, precisa encontrar novos mercados para o consumo (no caso do produto) e para o reinvestimento do excedente (no caso do lucro). Quando esses mercados não existem, precisam imediatamente ser criados, pois o contrário geraria um processo de desvalorização gradativo, com risco iminente de quebra. O processo de urbanização, nesse sentido, aparece na obra de Harvey como um impulso dado pelo capitalismo ao surgimento, crescimento e fortalecimento das cidades, sobretudo, mas não só, as grandes cidades. Caso isso não aconteça:

As mercadorias excedentes podem perder valor ou serem destruídas, enquanto a capacidade produtiva e os ativos podem ser depreciados e abandonados; o próprio dinheiro



pode ser desvalorizado através da inflação e, o trabalho, do desemprego massivo. (HARVEY, 2010, p. 75)

Essas cidades, que surgem basicamente da necessidade de expansão do consumo, estruturam-se para vender tudo o que elas oferecem, desde um estilo de vida, passando pelas moradias, até o acesso a serviços básicos e essenciais, cada vez mais circunscritos ao seu território. E para que essa lógica obtenha êxito é preciso, então, que ela seja habitada quase que exclusivamente por aqueles que tenham condições de pagar por isso. O que demonstra que: “A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade” (HARVEY, 2010, p. 81).

A análise tecida por Harvey é extensa e complexa, mas esse último ponto talvez seja o mais relevante para a ideia de **direito à cidade**. Em linhas sintéticas, o trabalho do teórico nos mostra que as cidades modernas se configuram como uma **tendência de concentração global** que se desenvolve segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas. Nelas, concentram-se riqueza (assim como os meios de produção de riqueza), espaços de lazer, trabalho, cultura e de produção de pensamento. Cenário que é vendido com certa “aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro” (HARVEY, 2010, p. 81).

Mas a luta pela democratização dos espaços urbanos, vista aqui como **o direito à cidade**, e considerado por Harvey como um direito da ordem dos direitos humanos, não incide tão somente na possibilidade do uso prático de seus territórios e serviços, mas também no direito de interferir na constituição desses espaços. De acordo com ele:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2010, p. 81)

Encararemos, então, esse espaço urbano, descrito nas obras literárias em análise, a partir da associação dos conceitos observados até este ponto. Notadamente, espaços que não são construídos autonomamente, tampouco são o resultado simples e óbvio do progresso e do desenvolvimento. Antes, configuram-se como espaços de dominação e controle que visam, em primeira instância, planificar corpos e modos de vida e, em segunda, ampliar indiscriminadamente o consumo. Processo que, quando alinhados a ideologias políticas perversas, exclui e elimina aqueles que estão em desacordo com essa



lógica. Entre os desajustados estão as parcelas mais empobrecidas da sociedade, pessoas em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua, em conflito com a lei, enfim, qualquer um que destoe de uma paisagem urbana esteticamente ideal e economicamente rentável. É desse grupo de banidos que tratam as narrativas em questão. Desse grupo de banidos que são como ciscos na paisagem.

CISCOS NA PAISAGEM

Na primeira passagem narrada em *Infância dos mortos* (1977), Louzeiro apresenta ao seu leitor os personagens e o cenário no qual a trama começará a se desenvolver. Nela, conhecemos o primeiro de um bando de meninos que se relacionam a partir das suas experiências e da condição de vida que compartilham. E já nesse primeiro fragmento é possível notar a situação degradante a qual estão expostos.

A manhã estava clara e leve. Pixote livrou-se das folhas de jornal, olhou o dia que principiava, os que entravam e saíam apressados na estação de trens. Ergueu-se, antes que os guardas aparecessem. Surgiam por volta de seis horas e espancavam os que podiam pegar. Era a quarta vez que dormia na estação e escapava dos guardas. (LOUZEIRO, 1977, p. 9)

O que, a princípio, parece ser o início de uma narrativa linear e tranquila, revela-se como um choque possivelmente proposital. Essa manhã que se diz **clara** e **leve** induz o leitor na contramão do caminho que se pretende percorrer. É quase inevitável que se pense, ao ler a primeira frase do excerto, em um dia bonito, de céu azul e ensolarado. E é contra essa beleza que se argumenta enquanto o fragmento evolui. Rapidamente clareza e leveza são contrastadas com a situação do menino Pixote, que acaba de acordar de uma noite em que dormiu na estação de trem, encoberto por jornais. Na descrição das noites que antecederam essa, ficam mais evidentes os infortúnios e os riscos de tal condição.

Na primeira madrugada, acordou ainda escuro. Na verdade, não chegou a dormir direito. Na segunda, despertou com o barulho dos jornaleiros e do homem do bar, suspendendo as portas de ferro. Na outra, sentiu alguém mexendo nos seus bolsos. Era o crioulo risonho e bêbado, canivete apontado. Não gritou, não disse nada. O crioulo revistou-lhe os bolsos, até encontrar a cédula de cinco. Teve vontade de correr atrás,



gritar-lhe palavras, mas sabia o quanto era arriscado. Por isso, tornou a encolher-se. Chorou baixinho e, chorando, adormeceu. Despertou com a barulheira dos caminhões descarregando jornais. (LOUZEIRO, 1977, p. 9)

O menino parece ir se habituando à situação em que se encontra. Aos poucos, acostuma-se com o medo da noite e os incômodos que o fazem acordar assustado durante a madrugada, subjugando-se como estratégia de sobrevivência. À medida que se cria uma sugestão de recorrência, também se compõe os aspectos desse cenário. A paisagem citadina vai gradualmente surgindo. A existência de uma estação de trem, a presença de guardas, a barulheira dos caminhões entregando jornais, o som das portas do bar sendo abertas. Indícios que se confirmam enquanto a narrativa avança.

A imagem do garoto, descrito como muito magro, com sapatos rasgados, calças curtas e uma camisa sem botões se opõe às **caras sérias** e aos **olhares raivosos** dos transeuntes que chegavam em grandes levadas à estação. Pixote estende as mãos sujas para pedir esmolas e é empurrado com indiferença, enquanto outros passantes “esforçaram-se para ignorar sua presença” (LOUZEIRO, 1977, p. 9). Sem desistir, o menino consegue receber de algumas pessoas uns trocados e umas notas de pouco valor. Conferindo a quantia que angariou, notou que seria o suficiente para tomar um cafezinho e pagar a passagem do ônibus que pegaria para encontrar seus amigos. Quando para na porta do bar, o comerciante tenta afastá-lo. E continua sendo maltratado pelos que encontra no caminho. Após finalmente tomar seu café:

Depositou a xícara no balcão, quase tão alto quanto ele, correu para a fila, sumiu no bolo que se formara de repente, à entrada do coletivo. Empurrou e recebeu empurrões, a mocinha de óculos chamou-o moleque, o homem da pasta tentou acertar-lhe um cascudo, mergulhou na confusão de pernas e corpos, emergiu ao lado do cobrador, a cédula e os níqueis, o tipo de cara grosseira gostando porque não tinha de passar troco. (LOUZEIRO, 1977, p. 10)

O desacordo entre cidade e personagem fica cada vez mais nítido. Pixote é tratado como se, de fato, não pudesse estar ali, como se tais espaços não lhe pertencessem. Seja em relação à estação de trem, ao bar, ao ônibus ou às “ruas repletas de carros, as avenidas, as praças” (LOUZEIRO, 1977, p. 10) que vê das janelas do ônibus durante a viagem. De dentro do coletivo, o menino observa escolas, igreja, cinema e casarões cercados de árvores. Itens aos quais tinha pouquíssimo ou nenhum acesso. O garoto gosta tanto do que vê no decorrer do trajeto que, no momento de descer, “levantou-se com certa pena de não ir até o final da linha” (p. 11).



Por outra perspectiva de análise, é possível interpretar também, a presença do garoto como um freio indesejável ao curso natural das coisas ou ao fluxo frenético dos centros urbanos. Visto que sua presença se configura como um entrave, seja ao ritmo apressado daqueles que correm para suas ocupações cotidianas ou até mesmo para o próprio raiar do dia que perde beleza e leveza a partir da apresentação da sua figura. A maneira como essa cidade trata indivíduos como Pixote mostra-se claramente refletida nas atitudes daqueles que se incomodam, ignoram e repelem sua presença. Atitudes que traduzem não só a maneira que os habitantes lidam com a situação, mas também no modo como certas diretrizes institucionais se estruturam.

Em *Querô: uma reportagem maldita* (1977), Plínio Marcos aborda a trajetória do seu personagem desde o nascimento, pontuando a sua situação de miséria e abandono. Filho de pai desconhecido e órfão de uma prostituta que se matou bebendo querosene, o incômodo apelido é parte da nefasta herança que recebeu. Com a sua chegada ao mundo marcada por desgraças, Querô, em diversos momentos, deixa claro que preferia não ter nascido. Seu nascimento é marcado por rejeição e raiva.

Quem me contou esse lance foi a Ju. Era colega da minha mãe no puteiro da Violeta, uma cafetina gorda, remelenta, porca, que tinha gonorreia até na alma. A Ju viu tudo com seus olhos que a terra vai comer um dia, se é que ainda não comeu. Foi um perreco de entortar patuá. Um salseiro cavernoso, a minha chegada. No primeiro berro, a cafetina remelenta já berrou mais alto: — Tira esse pestinha daqui. Bota ele na roda das freiras. Joga ele lá. Criança em casa de mulher não presta. Criança dá azar. Espanta freguês. (MARCOS, 1977, p. 7-8)

Sem conseguir contornar a decisão da cafetina, a mãe e o recém-nascido vão para o olho da rua. Entregue ao desespero, a mulher toma uma difícil decisão: “Pra comemorar a liberdade, minha mãe me embrulhou num chale, me largou na porta do puleiro da velha porca e se abilolou de vez” (MARCOS, 1977, p. 8). Na sequência, encaminhou-se para um bar e bebeu “até transbordar pelas orelhas” (p. 8). Já embriagada, decidiu tirar a própria vida bebendo querosene. Sua morte é descrita como lenta e agonizante, o que, ainda assim, não causa empatia ou indignação em ninguém. Enquanto o composto começava a agir em seu corpo, a mulher:

Saiu do boteco e foi cair na porta da Igreja do Valongo. Custou paca pra ir pro beleléu. Ficou um cacetão de tempo no chão se contorcendo como uma minhoca. Gemia, chorava, vomitava, cagava, mijava, chamava por Deus, pelos santos, pedia por mim. Tinha um monte de gente vendo. Mas ninguém se doía.

Ninguém chamou ambulância, nem porra nenhuma. Aqueles veados miseráveis eram todos surdos para a dor dos outros. Estavam a fim de ver a palhaçada e não iam se arredar dali. Sabe como é. Não é todo dia que uma putana bebe querosene. E depois, nas quebradas desse mundaréu, é de lei “cada um, cada um”. (MARCOS, 1977, p. 8-9, ênfase no original)

A morte da mãe do menino Querô converte-se em um espetáculo que ilustra a desumanização dos sujeitos que vivem à margem da sociedade. Desprezo e ódio surgem amalgamados nessa cena. O suplício da prostituta, remontado à moda medieval, traduz certo prazer, certo fetiche em contemplar a desintegração total dessa criatura que, apesar de todos os esforços para que ela não exista, ousa existir. Todos estavam a fim de ver, é o que se diz. Há, também, contido nesse episódio uma suposta superioridade ética e moral. Sentimento muito presente na formação e na manutenção das desigualdades sociais.

Esse caráter ético e moral parece acentuar as distâncias criadas pelo projeto de planificação dos corpos e dos modos de vida do qual falamos anteriormente. Além de um distanciamento real, de ordem econômica e territorial, há uma espécie de reforço que, apesar de simbólico e subjetivo, tem, também, natureza estrutural. É a partir desse reforço, promovido pela facilidade de produzir e difundir o pensamento das elites, que o projeto ganha aliados dentro de classes já estratificadas. A ideia meritocrata, por exemplo, tem nesse fenômeno um vetor. É nesse contexto que o mau destino, a miséria, a violência, as prisões e as mortes (sobretudo as espetacularizadas) manifestam-se como o resultado das próprias escolhas, e não como a consequência de projetos políticos e econômicos perversos que realmente é.

A fuga que Querô empreende quando cresce perpassa também essa seara. Maltratado de inúmeras formas pela cafetina, que por pressão das outras meninas da casa decidiu criá-lo, o garoto passou a infância aos cuidados da madrinha e dona, com quem desenvolveu uma relação conflituosa muito marcada em seu discurso: “Penei na mão daquela cadela. Seu único tesão na vida era fuder a alma dos outros. E nem de leve a tihosa tinha dó de alguém” (MARCOS, 1977, p. 9). O reconhecimento pelo amparo dado por ela, não supera o modo como ela o tratava: “Está certo que ela me deu comida, me botou na escola e os cambaus. Porém (e sempre tem um porém), me deu pancada e curtiu suas broncas em cima de mim” (p. 10). Quando a velha ficava azeda, diz ele, jogava tudo em sua cara.

Eu devia ter te deixado morrer, Querosene. Isso é que eu devia ter feito. Era um a menos pra dar trabalho. Tu não vai ser nunca nada que preste mesmo. Disso estou sabendo. Quem vem do que não presta, não dá boa coisa. Mas quis ser boa. Te recolhi do lixo, onde tu foi largado. Agora tenho que te aturar.



Mas eu te endireito. Querosene filho de puta perebenta! E tome pau. Eu só fazia apanhar. (MARCOS, 1977, p. 10)

Saturado do tratamento que recebia na casa, o menino se revolta e agride a mulher com um pedaço de pau que ela pegara para bater nele: "Arranquei o pau da mão dela e sem vacilar mandei uma tremenda porretada na testa da vaca (...). Ela só não morreu porque sangue ruim não morre" (MARCOS, 1977, p. 10). O alvoroço começou a juntar gente, obrigando Querô a fugir. É desse momento em diante que passa a viver nas ruas e a ter contato com o submundo da cidade paulistana de Santos, onde se vê obrigado a fazer de tudo em prol da sua sobrevivência.

Quando me pinotiei da casa da puta velha perebenta, me juntei à curriola do Tainha. Aí a gente fazia o que podia. Ajudava a carregar barco de pesca, roubava café da sacaria do caminhão, levava recado de puta, comia bundão de marujo veado, afanava qualquer bagulho que estivesse no bom jeito, engraxava sapato, campaneava boca de fumo e de jogo de ronda pros vagaus da pesada. (MARCOS, 1977, p. 15)

Em *Infância dos mortos* a situação é similar. Os grupos nos quais os meninos se organizam formam uma espécie de família substituta, através do qual aumentam as chances de sucesso das suas empreitadas e também as chances de sobreviver. Na ocasião em que Pixote viaja de ônibus pelo centro da cidade, é ao encontro desse grupo que ele vai. Quando o garoto finalmente se junta à sua trupe, outras semelhanças surgem entre os desajustados de Plínio Marcos e os de José Louzeiro.

O motivo do encontro de Pixote com os outros era a execução de um serviço proposto pelo traficante Cristal. O grupo receberia uma quantia razoável de dinheiro para levar um carregamento de drogas do Rio de Janeiro até São Paulo. Dito, o mais velho entre eles, lidera os garotos. É ele quem arrumara o trabalho. A figura de Dito, nesse sentido, opõe-se à figura de Tainha. Embora ambos sejam vistos como os donos de seus respectivos grupos, Dito se mostra, em diversos momentos, mais preocupado com os outros, com a divisão da comida que possuíam (quando possuíam) e com a partilha dos recursos que conseguiam. Pixote, que é o mais novo do bando, vê nele um exemplo de esperteza e autoconfiança.

Zeloso com o trajeto que faziam, Dito repassa o plano para os companheiros. Para chegar até o morro onde Cristal os esperava, ele resolve que o grupo atravessaria por dentro do cemitério na porta do qual tinha marcado o encontro. A parte dos fundos do cemitério fazia divisa com o lugar que pretendiam chegar. Bastava pular o muro. Caso contrário: "Teriam de chegar ao morro pela subida no final da rua de pedras, onde estavam os alcaguetes e os traficantes.



Desejariam saber as coisas, forçariam respostas, todo trabalho estaria perdido” (LOUZEIRO, 1977, p. 15).

Desde os portões do cemitério, Pixote lembrava-se de Estralado, amigo morto por policiais, que ele acreditava estar enterrado ali. Recolhera até algumas flores para depositar à lápide, caso a encontrasse. Enquanto avançam no percurso, o menino nota uma mudança no cenário.

No setor em que conseguiram chegar, os imponentes jazigos haviam terminado. O comum, agora, eram as sepulturas baixas, onde o capim crescia. Algumas ainda ostentavam velhas pinturas, outras estavam completamente enegrecidas. Os vasos de flores haviam se quebrado ou simplesmente não existiam. As inscrições cobriam-se de musgo e não havia qualquer árvore por perto, a fim de dar-lhes sombra. Aquele estado de abandono deixou Pixote alarmado. Se era por ali que haviam enterrado o pobre do Estrelado, então ele tinha sido praticamente jogado fora. (LOUZEIRO, 1977, p. 14)

No decorrer da travessia um imprevisto acontece. A administração do cemitério, desconfiada de que meninos de rua estavam roubando peças de mármore dos túmulos, tinha intensificado a segurança no local. Por isso precisam agir com muita cautela. Os garotos dobram a atenção. Já iam vencendo quase todo o percurso quando se ouvem tiros. Os meninos se abaixam e depois de verificar que não estão feridos correm para pular o muro. Exceto Pixote. Enquanto o restante do grupo escalava, Dito, antes de correr, olha mais uma vez para o amigo e vê que: “Ele tem os olhos abertos, filetes de sangue a escorrerem do pescoço” (LOUZEIRO, 1977, p. 16). Dito compreende que é inútil tentar tirar Pixote dali e corre para pular o muro. O zelo de Dito, como vimos, não impede que Pixote seja cruelmente morto no curso da operação. Ainda assim, os meninos precisam continuar sem ele.

Cabe-nos, aqui, tecer alguns paralelos entre as narrativas. Um deles é, novamente, a condição de desamparo em que esses meninos se encontram. Tanto em *Querô*: uma reportagem maldita quanto em *Infância dos mortos*, essa condição expõe os garotos não só a degradantes condições de vida como facilitam que sejam aliciados por bandidos realmente perigosos, que os usam para cometer crimes. Enquanto o bando de Dito se submete ao traficante Cristal, a curriola do Tainha presta alguns serviços para os “vagaus da pesada” (MARCOS, 1977, p. 15), isto é, os vagabundos de verdade.

Outro ponto importante é o percebido por Pixote frente às sepulturas baixas do cemitério. As distâncias sociais já tão bem marcadas e estabelecidas dos portões para fora, que influenciam em boa medida o destino de sujeitos como eles, mantêm seus preceitos intactos mesmo em situações como essas. Até morrer gera um serviço que pode ser vendido, e, por isso mesmo, pode



ser negado àqueles que não podem pagar por ele. As desigualdades seguem marcando os corpos postos à margem das sociedades, ainda que neles já não exista vida.

Não sendo suficiente que estivessem jogados a essa sorte, os meninos teriam ainda que enfrentar um violento processo de limpeza dos espaços que ocupavam, sendo eles mesmos a sujeira a ser eliminada. Durante o regime militar brasileiro, esse tipo de limpeza, também existentes em regimes democráticos, ganhou contornos muito específicos. Uma intensa caça às bruxas foi inaugurada, apoiada e financiada pelo Estado. Com a participação, inclusive, de grupos de extermínio e milícias intimamente ligadas ao governo e às forças de repressão policial, encarregados de eliminar a horda de indigentes que se faziam ver aos montes pelas ruas das cidades. Para sustentar a falácia do avanço econômico, que só avançou de fato para uma pequena parcela da população, era preciso se livrar dos fatores que depunham contra ele. Era preciso, como nos olhos, soprar os ciscos da paisagem.

A CIDADE RESSENTIDA

A ditadura militar brasileira, sabemos, não inventou a concentração de renda e a desigualdade social. No entanto, o modo como pensou, organizou e aplicou suas políticas transformou o Regime em um intensificador eficaz desses fenômenos. Isso porque, juntamente com medidas antidemocráticas e de concentração de poder surgem também diligências de ordem econômica e social, que alargam a distância entre os mais ricos e os mais pobres, gerando o aumento da desigualdade, da pobreza e da miséria.

Infância dos mortos, por exemplo, traz em seu prefácio, dados oficiais que destacam, sobretudo, o efeito dessas políticas na população mais jovem, entre eles, crianças e adolescentes. Após a indicação de que: "Os fatos que substanciam esta narrativa foram tirados do nosso amargo cotidiano" (LOUZEIRO, 1977, p. 6), afirma-se:

Há cerca de 15 milhões de menores abandonados ou em estado de carência no Brasil, à espera de alguma ajuda. Representam pouco menos de um terço dos 48 milhões 226 mil 718 brasileiros entre zero e 18 anos distribuídos pelo Norte (3,83%), Nordeste (31,64%), Sudeste (42,91%), Sul (16,64%) e Centro Oeste (5,08%). *Jornal do Brasil*, 5-7-76. (LOUZEIRO, 1977, p. 5)



Muitas das situações vividas pelos personagens de *Infância dos mortos e Querô*: uma reportagem maldita são reflexos dessas condições. Louzeiro e Marcos nos mostram, através da história desses meninos à espera de ajuda, que as políticas adotadas pelo Regime não só não ajudaram, como violentaram seus direitos e suas vidas. Isso porque, durante esse período, a coerção e a repressão integravam a lógica das ações governamentais, inclusive no âmbito da assistência social. Em artigo que investiga a pobreza que infestou os centros urbanos à época, a professora Franciele Becher conclui que:

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) não apenas cassou, prendeu, torturou ou matou centenas de adversários políticos. Ela promoveu uma intensa reorganização da sociedade, pautada por princípios conservadores e contrários às liberdades democráticas. Em todos os setores, o governo realizou, em maior ou menor escala, mudanças que conformavam suas ações e seu controle social dentro de modelos coercitivo-repressivos. Dessa forma, também a assistência social passou para a esfera centralizadora do Estado. (BECHER, 2016, p. 92)

No âmbito da assistência social, a camada mais empobrecida da sociedade e a crescente população em situação de rua, entre os quais muitos eram jovens e crianças, não só ficaram desamparados como foram tratados como um problema de segurança nacional. Ainda de acordo com Becher, no período entre 1964 e 1974, durante o governo de Emilio Garrastazu Médici, “os ‘pivetes’, ‘pixotes’, ‘trombadinhas’ e, mais tarde, meninos e meninas de rua foram os personagens centrais” (BECHER, 2016, p. 93, ênfase no original). Tornou-se muito comum ver essas figuras nas ruas dos grandes centros urbanos, o que além de causar muito incômodo às elites, desmentia a farsa do milagre econômico. Inclusive, segundo a autora,

(...) foi nesse período que mudanças legislativas importantes foram sancionadas, principalmente o Código de Menores de 1979, que consagrou a “Doutrina de Situação Irregular”, criminalizando abertamente a pobreza. O “menor delinquente”, de “conduta antissocial” ou simplesmente o “marginal” foi um personagem que balizou as políticas de controle da infância e da juventude ao longo do tempo. Foi sempre em função do seu perigo social que medidas mais ou menos arbitrarias foram criadas e implementadas. (BECHER, 2016, p. 93, ênfase no original)



Em diversos momentos das obras nos deparamos com cenas que ilustram essa postura, na qual o encarceramento tem expressivo destaque. Em *Querô*: uma reportagem maldita, o menino é apreendido enquanto trabalhava descarregando um caminhão de bananas, ocupação que exercia entre um delito e outro. Delatado pelo parceiro Tainha, no episódio em que roubaram os pertences de um marinheiro gringo, e levado à delegacia pelos policiais, Querô é interrogado e preso mesmo sem investigação ou julgamento. Na delegacia, é torturado e obrigado a confessar até os delitos que não cometeu.

Não tinha nada meu. Mas, apanhei pra caralho. Pau de arara, choque elétrico e porrada. Me entortaram. Tudo que me pediram, confessei, só pra não apanhar mais. Jurei que fui eu que fiz todos os azares sem dono daquele cais do porto, desde o dia em que eu nasci até aquela data (...). Me puseram na surda até mina cara desinchar. Depois eu sabia que iam me entregar pro Juiz de Menores. (MARCOS, 1977, p. 25)

Enquanto está preso, entre sentimentos de raiva e vingança, Querô reflete sobre sua condição. "Ali, sozinho na surda. Comecei a me ligar na bosta toda" (MARCOS, 1977, p. 25), refletia. "Todas as pancadas que me deram. As sacanagens todas que me fizeram começaram a se escancarar em mim" (p. 25-26), pensava. "Não era possível que eu tivesse culpa. Alguém me funicou. Eu não vim até aqui por gosto. Não escolhi. Então me empurraram" (p. 26-27).

Advertido, sob ameaça de morte, de que não deveria falar do tratamento que tivera ali para o Juiz de Menores, Querô é levado junto com outros menores para o juizado e, em seguida, para um abrigo de menores. Lugar em que as medidas disciplinares se assemelham muito ao tratamento que teve na delegacia. O menino é novamente agredido, torturado e mantido em cela solitária. Além de ser estuprado coletivamente por outros internos, fato incentivado e facilitado por agentes da instituição. Lugares como esse, eram (e talvez ainda sejam) muito comuns durante o Regime. Essas instituições tinham como base "um modelo assistencial punitivo, com atendimentos a partir de grandes internatos-prisões, onde havia pouca diferenciação entre a criança considerada 'abandonada' e a criança 'criminoso'" (BECHER, 2016, p. 92-93, ênfase no original).

A cumplicidade de parte considerável dos civis foi fundamental para a legitimidade desse modelo. Com os abrigos servindo de lixeira social, tornou-se possível colocar em curso um tenebroso processo de limpeza das cidades, que tentou a todo custo sumir com essas pessoas da paisagem, encarcerando, internando compulsoriamente em abrigos e casas de custódia, torturando e matando muitos deles. Além de criar, claro, uma atmosfera favorável à banalização dessas vidas e à adoção de métodos parecidos pela própria sociedade civil. Becher denominou esse fenômeno com o termo **ressentimento social**, que segundo ela teve base no discurso moralista do Regime e

(...) se localizava no fato de que os indivíduos que praticavam a mendicância não estariam contribuindo de forma útil para a sociedade; seu comportamento não seria digno para uma cidade que acreditava ter forjado sua identidade social sob o trabalho honesto e o esforço pessoal na busca por realização financeira. Estavam em perigo os valores dos “cidadãos de bem”, pessoas honestas que, feridas em seus valores morais, não podiam mais andar tranquilamente no centro da cidade. (BECHER, 2016, p. 97, ênfase no original)

A crença nesse discurso afiançou desde o esforço em ignorar a presença dessas pessoas nas ruas da cidade até a tentativa de aniquilá-los. Em *Infância dos mortos*, nos episódios que sucedem a morte de Pixote, o restante do grupo, apesar de enfraquecido pela perda de um integrante, dá segmento ao plano. Encontram-se com Cristal, o traficante, detalham o esquema, apanham as drogas para levá-las a São Paulo e recebem um adiantamento pelo serviço, com o qual resolvem comer e comprar roupas.

Terminado o almoço, foram perambular. Quando chegavam a uma loja vinham os caixeiros e os expulsavam. Dito começou a imaginar que estavam se arriscando e, por isso, mandou que Manguito e Fumaça o esperassem na esquina. Calculou o tamanho dos companheiros e assim comprou os blusões. O caixeiro viu a cor do dinheiro, deu um assovio forte, da calçada, os dois apareceram. — Agora, arranje um sapato pra esse cara! (LOUZEIRO, 1977, p. 24-25)

Nessa passagem, Dito, o líder do grupo, sabe do risco que é ele e seus amigos transitarem naquele espaço, destinado apenas para quem traz na aparência o reflexo de um capital financeiro que permita a aquisição dos bens que estão disponíveis ali. O desprezo do vendedor, mais uma vez, ilustra o pensamento da sociedade sobre aqueles meninos: “O vendedor não estava de forma alguma com boa vontade. Não quis ao menos que Fumaça sentasse onde as pessoas experimentavam os sapatos. Tirou a medida de qualquer jeito, disse que 32 dava bem” (LOUZEIRO, 1977, p. 25).

Já no final da narrativa, um acontecimento traduz de forma mais incisiva a atitude higienista do Estado. O eufemismo da **limpeza** alcança a literalidade numa passagem em que quase cem menores, teoricamente infratores, são literalmente jogados fora. Nesse ponto, a maior parte dos meninos que integravam o grupo já está morta, mas Dito, entre fugas e capturas, ainda padece na mão do sistema e de seus agentes.

Escoltados por policiais e soldados acompanhados de cães de guarda, os meninos são recolhidos no meio da noite e amontoados em um ônibus.



Dito observa os outros garotos e nota que “uns eram de sua idade, outros bem pequenos, como Pixote e Fumaça” (LOUZEIRO, 1977, p. 158). No banco da frente, Dito repara “três garotos que não deveriam ter mais de seis, oito e doze anos” (p. 158). Assustados com a viagem repentina àquela hora, os passageiros aos poucos se apercebem da situação em que se encontram. Enquanto o ônibus sobe uma estrada de ladeira, ouve-se uma agente comentar: “— Tamos quase chegando — disse aos policiais que seguravam os cães. — Ainda se faz outra viagem hoje?” (p. 160). Quando finalmente o ônibus para, os receios se confirmam.

— Agora, cambada, vamos tirando a roupa. Pra onde vão não precisam de nada. Um dos garotos tentou escapar, foi seguro pelos policiais que começaram a espancá-lo. (...) Em meio ao tumulto os primeiros garotos rolaram pela porta. (...) Dito não conseguia mais saber o que se passava (...), quando um cão mordeu-o nas pernas e o policial segurou-o pelo pescoço e começou a puxá-lo, até a porta. Ali, empurrou-o com o pé e ele sentiu o espaço faltar aos seus pés. A noite era escura, os primeiros matos que passaram pelo seu corpo e por seu rosto, numa velocidade de vertigem, pareciam-lhe frios, à proporção em que se distanciava, perdia-se como se mais uma vez estivesse caindo num mergulho e procurasse as profundezas do rio, impossível de alcançar. (LOUZEIRO, 1977, p. 161-162)

Vale lembrar que esse fragmento ficcionaliza um acontecimento real e é fruto da investigação de José Louzeiro, a partir de uma denúncia recebida de uma fonte anônima. A denúncia, como alega Eduardo, “afirmava que ‘incompreensivelmente’ inúmeras crianças, certamente dezenas, apareceram no município de Camanducaia, em Minas Gerais” (EDUARDO, 2013, p. 87, ênfase no original). As crianças, acrescenta o autor, “teriam sido largadas no local, ‘desovadas’, como restos deixados num lixão ou num ferro-velho. Nus, machucados, espancados, alguns próximos à morte” (p. 87, ênfase no original).

Com Querô, o desfecho não é diferente. O menino passa a vida entre apreensões e fugas de reformatórios e casas de custódia. É aliciado por agentes públicos. Dois policiais o capturam e, em troca da sua liberdade, pedem que o menino cometa atos ilícitos e que pague uma parte para eles. Revoltado, o garoto mata violentamente os agentes e, com isso, passa a ser alvo de uma megaoperação, que termina com a sua morte.



CONCLUSÃO

A partir da representação desses eventos, que retratam o abandono, a invisibilização e o extermínio da população marginalizada, é que acessamos os mais elevados graus de desumanização alcançados pelo regime militar e suas políticas, não só na violência contra seus opositores, como é sabido, mas também contra a camada mais empobrecida da sociedade. A herança desse período nos ronda até os dias de hoje, muitas vezes camuflada e não associadas de forma clara, como é o caso do aumento da desigualdade social e da configuração forçada dos centros urbanos.

Reinterpretar esses eventos mostra-se, então, como um movimento necessário tanto para um exame mais eficiente da história quanto para um olhar mais atento ao presente. Só diacronicamente parece ser possível suplantar os postulados já tão consolidados e explorar suas incongruências. A literatura frente a essas demandas assume relevante papel. Através do texto literário é possível explorar os fatos históricos de forma mais subjetiva, alcançando pontos que usualmente escapam às análises mais pragmáticas. E a partir disso, pensar em estratégias discursivas capazes de refletir e interferir na realidade.

Deste modo, numa abordagem dialógica entre textos teóricos, históricos e literários, com o aporte de Louzeiro (1977), Marcos (1977), Harvey (2010), Becher (2016), entre outros, foi possível, entender a ditadura militar brasileira como um forte agravante do processo de configuração das cidades. As diretrizes políticas e econômicas do Regime não só acentuaram como multiplicaram em larga escala as situações desiguais de sobrevivência já tão presentes. Com o intuito de esconder o resultado óbvio dessa operação, disponibilizou-se a máquina e as forças estatais para por em prática um hediondo processo de limpeza dos centros urbanos, que, além de segregar, perseguiu, torturou e matou a população marginalizada, tirando-os desde o direito à cidade até o direito à vida.

REFERÊNCIAS

BECHER, F. A pobreza que infesta a cidade: Os pequenos mendigos e "esmoleiros mirins", e as representações da miséria em Caxias do Sul na década de 1970. *Revista brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, Rio Grande de Sul, jul. 2016, p. 89-106.

EDUARDO, A. G. de P. *José Louzeiro, do romance-reportagem ao cinema: Estudo da adaptação literária para o audiovisual a partir de Lúcio Flávio e Infância dos Mortos*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Departamento de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013.

FLORES, M. B. R.; CAMPOS, E. C. de. Carrosséis urbanos: Da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista brasileira de História*, v. 27, n. 53, São Paulo, jun. 2007, p. 267-296.



- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas sociais*, n. 29, São Paulo, 2010, p. 73-89.
- LOUZEIRO, J. *Infância dos mortos*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- MARCOS, P. *Querô: Uma reportagem maldita*. 3. ed. São Paulo: Global, 1977.
- SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História econômica & história de empresas*, v. 3, n. 2, São Paulo, 2000, p. 7-25.
- VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: VIANNA, H.; KUSCHNIR, K.; CASTRO, C. (Org.). *Um antropólogo na cidade: Ensaio de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 62-68.

